

Interlúdio

Esta seção se propõe mediar a passagem entre as duas partes do trabalho.

A primeira voltada ao que se julgou necessário como aproximação ao objeto da pesquisa: o ferramental teórico preliminar (considerando a adesão de novos instrumentos ao longo do percurso), no capítulo 1; a história do objeto de pesquisa (considerando a maneira como a mesma foi instituída), no capítulo 2; e o inventário, ainda que sumário, de seus aspectos materiais (no capítulo 3).

Neste mínimo teórico, um rápido panorama sobre o contemporâneo e a contemporaneidade, como pano de fundo a frente do qual se relacionam os actantes; uma definição dos alcances sociológicos pretendidos por uma sociologia das associações; uma apresentação da Teoria do Ator-Rede, como metodologia correlata a uma sociologia das associações; e a conceituação de *dispositivo*, ampliada por AGAMBEN (2007a) necessária ao entendimento do processo de significação e ressignificação da formação militar.

Nesta história do objeto, mais que o memorial das causas e o processo de fundação e ampliação do Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB), destacou-se o mecanismo que vai de uma *invenção das tradições* (HOBSBAWN e RANGER, 2012) a um uso pedagógico destas tradições, no que se buscou alinhar uma pedagogia da história idealizada dos vultos e dos heróis pátrios.

Neste inventário de aspectos materiais, trabalhando na fronteira entre o iminente objetivo (dimensões, efetivos, etc.) e o subjetivo que transborda dessa materialidade (a história “assinada”, conforme AGAMBEN, 2014), se buscou subsidiar o leitor com elementos para uma melhor visualização dos Colégios, em especial o CMRJ, palco das etnografias.

E a segunda parte voltada às etnografias sobre os discentes do CMRJ, tendo como recortes: as duas cerimônias que compõem a entrada dos novos alunos (capítulo 4); a cerimônia de aniversário do Colégio (capítulo 5); e o acompanhamento da experiência mais completa de ser aluno de uma escola militar (capítulo 6).

Da maneira como foi concebida esta investigação, se faz necessário explicitar intencionalidades e inevitabilidades.

Intencional é a busca de um movimento de aproximação demarcado pelos capítulos, de tal forma que a leitura do trabalho achege o leitor a uma escola que têm, em suas aparências, um forte elemento constitutivo. Porque o “ser militar” – como começamos a esboçar nas rápidas linhas sobre uma pedagogia patronímica – depende fortemente de uma manifestação de atitudes e de comportamentos, e o que ele exterioriza traduz seu pertencimento ao tempo e ao espaço, conforme será explicado, com a colaboração de Augustin Berque, a partir do capítulo 4.

Naquilo que, algumas vezes, tratamos como uma “montação” do militar (não só a farda, com todas as suas especificidades, mas o gestual e a linguagem específicos, bem como a relação muito particular dos profissionais com o terreno que ocupam), se percebe menos de uma racionalidade voltada ao emprego funcional da Força Armada, e mais de uma estratégia identitária.

Assim sendo, o olhar mais distante deve ser aquele que toca o instituído, que trava um primeiro contato com a pretensão do próprio Exército em se reproduzir, em se perenizar, e, começando a escavar esta superfície, expõe, não só o mecanismo mesmo dessa reprodução, mas as primeiras dissonâncias no discurso monocórdico da Força Armada.

Prosseguindo na aproximação, os capítulos da segunda parte adentram o CMRJ e, mesmo nessa entrada, se pretendeu uma graduação: as cerimônias descritas nos capítulos 4 e 5 são manifestações do discurso oficial da Força, ecoam inúmeras oportunidades semelhantes de incorporar, confirmar e celebrar os membros do Exército, no uníssono daquilo que CASTRO (1990) denominou como o *espírito militar*. Já no capítulo 6, tentamos girar nosso foco, dando voz a quem vivencia, do cotidiano, o processo de subjetivação pretendido pelo Exército: os alunos.

Nesse movimento intencional de aproximação, os aportes teóricos foram acionados em suas demandas, evitando-se, tanto quanto possível, enquadramentos preliminares pela teoria. Pelo mesmo motivo, os rumos das descrições foram menos

balizados, permitindo-se a aproximação de elementos os mais variados, humanos ou materiais, eruditos ou populares, principalmente segundo o acionamento dos próprios alunos participantes.

Ainda no campo das intencionalidades, há que se sublinhar o recurso à mudança da pessoa do narrador. Enquanto os capítulos da primeira parte, por sua destinação a uma primeira exploração do objeto – formal, no que a formalidade implica distanciamento – se valem da primeira pessoa do plural, os capítulos da segunda parte – no que o narrador “entra” no Colégio – passam à primeira pessoa do singular.

Cabe a esta construção de intimidade um fator incontornável desta investigação, o qual trataremos a seguir como uma “inevitabilidade”, que é o pertencimento, do pesquisador, a mesma instituição que ele investiga, sua experiência indispensável com a mesma pedagogia patronímica e seu relacionamento com a rede de símbolos de que se faz a vida castrense.

O pesquisador é alguém que veste a farda, que está investido da condição de militar. É alguém que executa a “montação” identitária por meio das vestes com seus códigos, suas interdições e imposições; por meio do gestual que enquadra em uma relação hierárquica incontornável; por meio da linguagem que irmana entre siglas, gírias e outras expressões de uso restrito.

Mudar a pessoa do narrador, comprometendo-a na primeira pessoa do singular, traz, também, a questão de minha experiência como militar, sobre a qual falarei um pouco, a seguir.

Entrei para o Exército aos dezesseis anos, em 1982. Ainda que tendo alguns parentes nas Forças Armadas, não venho de uma família de militares, como diversos companheiros que encontrei na profissão. Desse modo, não colaborei com a propalada – e superestimada – endogenia da profissão castrense⁷⁷.

⁷⁷ A endogenia em questão se mostra menos um atributo da carreira bélica; outras profissões gozam da mesma reprodução interna, fugindo ao escopo desse trabalho algum tipo de sociologia comparativa das profissões. Mas, ainda que não particularmente endógena, a profissão militar divide com algumas outras (medicina, magistratura, talvez) certa pressão para o caráter compulsório de sua reprodução. Convivi com outros adolescentes, neste início de carreira, que estavam ali, muito mais

Vivi um momento em que o ingresso no então Segundo Grau (hoje Ensino Médio), para jovens de classe baixa ou média-baixa, quando acontecia, implicava em algumas escolhas importantes, justamente por seu caráter de excepcionalidade. Muitas das opções disponíveis no Rio de Janeiro não eram, como hoje, simplesmente um prosseguimento do Ensino Fundamental, consoante ao entendimento que ambos os ciclos – Fundamental e Médio – compõem a Educação Básica; eram opções profissionalizantes altamente seletivas, como o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ e as escolas militares: Colégio Naval, Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx), Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAr) – estas destinadas à formação de oficiais –, bem como a Escola Técnica do Arsenal de Marinha (ETAM).

A perspectiva – para mim e para muitos outros – era a do ingresso em uma carreira “garantida” e estável, no caso das opções militares, porque a admissão para realizar o Ensino Médio em uma das três (Colégio Naval, EsPCEEx ou EPCAr) implicava, no caso da conclusão do curso com sucesso, em seguir para as formações superiores correspondentes (Escola Naval, Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN ou Academia da Força Aérea – AFA).

Após um ano de cursinho – o que era necessário, via de regra, por causa do hiato entre a formação que tinham aqueles que, como eu, estudaram em escolas públicas, e o que era exigido no concurso de admissão – passei para a EsPCEEx.

Não fui, portanto, um aluno da rede dos Colégios Militares. Estes educandários, naquele período, tinham a prerrogativa de encaminhar seus primeiros colocados (havendo interesse destes) para a EsPCEEx, e outra parte de seus concludentes conseguia o mesmo ingresso mediante processo seletivo universal; mas já destinavam boa parte de seus formandos para o meio civil, prática que veio crescendo até os dias de hoje.

A EsPCEEx tinha essa característica de não ser um CM, embora fosse subordinada a mesma diretoria dos Colégios Militares (a então “Diretoria de Ensino

por uma “intimidade” com a vida militar – fruto de acompanhar a vida dos pais, de frequentá-la desde muito cedo ou sempre –, “intimidade” esta que parecia lhes apontar para a naturalidade de uma escolha pelo oficialato, do que por uma vocação genuína (se é que tal vocação pode estar clara naquela idade).

Preparatório e Assistencial” – DEPA), e o currículo que praticava guardava grande semelhança com o dos CM, menos, é claro, quanto à carga didática profissionalizante.

Quero sublinhar, com isso, que cursar lá o Ensino Médio (ser “prepos”, como nos apelidavam) não era muito diferente de cursar este mesmo período em um CM (ser “bombeiro”, como em outro apelido), salvo pela situação de militar, no primeiro caso – com as prerrogativas legais correspondentes – e pela situação de civil, no segundo caso. Em diversos momentos dessa pesquisa, em especial nas etnografias, salientarei o valor heurístico dessa condição específica do aluno do Colégio, que não *é* militar, mas vivencia uma experiência de *estar* militar, em seu cotidiano. Também por seu valor heurístico específico, a figura do ex-aluno salta aos olhos, posto que ele *esteve* militar, sem *sê-lo*, e volta, quando da celebração do aniversário do CMRJ (o “6 de maio”), a *sê-lo* novamente.

Havia o entendimento, algo velado, do que a seleção de quadros tão jovens para a EsPCEEx facilitaria, de alguma forma, a inculcação dos valores militares (o *espírito militar*) necessários ao melhor desempenho da profissão. Era o mesmo entendimento quanto à finalidade preparatória dos Colégios Militares, da qual falaremos nos próximos capítulos. Deste pensamento se depreende o consenso, no meio militar, de que as vicissitudes inerentes à carreira das Armas exigem uma formação afetiva, tanto quanto técnica: uma formação de corações, além da formação de mentes.

Minha turma de admissão, posteriormente batizada de “Turma Vilagran Cabrita” (obedecendo ao mecanismo de filiação assente com a utilização dos patronos para veicular e vincular atitudes e valores) experimentou a redução da idade de seus membros para um mínimo de treze anos, o que nos fez cursar o Ensino Médio em uma faixa etária bem menor do que a dos alunos admitidos anteriormente. Como consequência, alguns de nós já éramos cadetes na AMAN aos dezesseis anos.

Começar falando das semelhanças curriculares entre a EsPCEEx e os CM, bem como da condição de mesma subordinação entre estas escolas, talvez obscureça diferenças significativas entre elas. Na verdade, na EsPCEEx as condições de

construção da identidade militar eram muito mais propícias aos efeitos esperados pela pedagogia.

Começo lembrando o isolamento. A EsPCEEx se localiza na cidade de Campinas – SP, a qual, mesmo já sendo uma metrópole, à época, não era a cidade de origem da maioria esmagadora dos discentes. Estes, portanto, tiveram de romper seus laços de origem para aceitar uma nova residência, e em um regime de internato com licenciamentos apenas em alguns finais de semana (descontando-se, aqui, todos os impedimentos às liberações: escalas de serviço, punições, estudo...). A EsPCEEx tomava conta, a partir daí, de nosso espaço e tempo, de uma maneira que os CM – mesmo para aqueles alunos que os cursaram como internatos – nunca puderam dominar.

Uma vez isolados, os alunos tinham todo o seu cotidiano quadriculado por atividades que não nos permitiam sair da situação de militares – o que éramos, de fato – e, com isso, a efetividade de uma *instituição total* (GOFFMAN, 2001) se fez sentir. Lembro que mesmo nossos oficiais instrutores moravam (não sei se na totalidade, mas na grande maioria) em vilas de oficiais destinadas a este fim, próximas à escola.

Estas “condições ideais” de isolamento nunca foram conseguidas pelos CM, já que seus alunos moravam nas próprias cidades e, salvo aqueles que cursavam o regime de internato, podiam estar com suas famílias todos os dias. Se este foi um diferencial para os cursos da EsPCEEx e da AMAN, naquela época, caberia investigar, em outra oportunidade, qual o impacto das profundas transformações nos meios de comunicação (penso, aqui, na informática e nos celulares), nos dias de hoje, quanto às reais possibilidades de isolamento e de criação dessa “bolha” formativa tão característica da educação militar, até o fim do século passado.

O regime era de imersão, portanto; e em condições muito mais propícias do que nos Colégios Militares, ainda que, como reiterado, estes perseguissem uma finalidade preparatória ainda entendida, naquele período, como de encaminhamento para a carreira das Armas. Imersos, seguíamos o gestual, a linguagem, o comportamento, enfim – com seu complexo de interdições – dos militares que já

éramos, ainda que aprendendo a sê-los. E, aqui, quero lembrar da experiência, emblemática para mim, do juramento à Bandeira Nacional.

O pertencimento ao meio militar se construía ao longo dos três anos do curso. Alunos do primeiro ano eram chamados (sempre informalmente) de “bichos”, os do segundo ano, de “bichanos”, e os do terceiro, de “veteranos”. As demarcações mostravam a necessidade de uma certa maturação como aluno, para merecer a condição de militar.

Mesmo para os “bichos”, colocados na posição mais difícil de convívio dentro da escola – lembrando, aqui, que nossa média de idade era mais distante, ainda, da média dos outros anos –, houve um momento de inclusão, de afrouxamento desse estranhamento dos outros para conosco, de aceitação no núcleo da escola: o juramento à Bandeira Nacional.

Cabe observar que a EsPCEEx, como todas as demais escolas de formação do Exército, reproduz o mesmo conjunto de rituais para incorporar, confirmar e afastar seus alunos. Falaremos deles mais à frente, quando da etnografia da entrada dos novos alunos no CMRJ (capítulo 4). Porém o juramento à Bandeira, aproveitando a comemoração do Dia do Soldado (25 de agosto) – no meio, portanto, do primeiro ano letivo –, como confirmação da situação de militar (após toda uma experiência de expiação que visa “testar” a vocação dos alunos), se torna bem mais significativo que a cerimônia de entrada dos novos alunos.

É que o entrar na Escola ainda não é uma admissão ao “ser militar”. Não se tem, como afirmado constantemente – explicitamente ou não – o *espírito militar*. E todo o conjunto de vicissitudes, formais ou não, pelas quais passam os alunos ao longo do primeiro semestre (punições às mais diversas; trotes; atividades físicas extenuantes; serviços de escala; acampamentos; estudo à noite e à madrugada; ausência de lazer; etc.), articulam um misto de formação e depuração daqueles que prosseguirão no curso e, ao fim de três anos, ingressarão, como cadetes, na AMAN.

“Rala-se” com maior intensidade, portanto, até o Dia do Soldado. Depois, as exigências continuam fortes, mas é inegável o sentimento de que se conquistou algo, de que se adentrou em outro estado – a confirmação como aluno da EsPCEEx.



Figura 5: Juramento à Bandeira Nacional, 25 de agosto de 2014

A imagem acima retrata o último juramento realizado naquela escola. Muita coisa mudou, de minha experiência aos dias de hoje: currículos, duração do curso (agora, apenas um ano, como preliminar para a AMAN). Mas a cerimônia do juramento, em sua plasticidade, é a mesma de agosto de 1982.

Muito antes da data comemorativa, começaram nossos treinamentos. Como de praxe (porque não dizer, de lei), uma cerimônia militar se avalia pelo absoluto controle sobre o que acontece durante ela; assim sendo, tudo o que é anunciado, todas as ações, os movimentos e gestos correlatos, denotam precisão impessoal e remetem, sempre, a uma execução primordial, a um *in illo tempore* (ELIADE, 1992) que referenda o ritual: ele será tanto melhor, quanto menos destoar dessa execução arquetípica e ideal.

Treinar para a cerimônia implicou em entrar inúmeras vezes no Pátio Agulhas Negras, centro das quatro alas que enquadram a Escola e local reservado para pouquíssimas utilizações. Entrar e sair marchando, tantas vezes quantas foram necessárias à construção daquela ilusão de ótica que faz parecer que é um único corpo que entra, que marcha e que para, ao comando do toque de corneta.

Nos treinamentos, não usávamos a farda de gala – o 1º Uniforme, segundo o item III, Art. 3º, do Regulamento de Uniformes do Exército (EXÉRCITO, 1998), reservada para o dia especial. Treinávamos com um uniforme propício ao tanto que suaríamos, ao longo daquela semana, para atingir o padrão desejado por nossos instrutores.

Tudo girava em torno da valorização do evento. De uma forma não elaborada, experimentávamos a expectativa do encantamento pela Pátria, materializada na Bandeira Nacional. Éramos educados sem saber, ali, em uma relação singular para com o terreno que habitávamos, um solo que ultrapassaria a relação utilitária com a qual o experimentáramos, até então, rumo à ecossimbologia de uma significação mútua (como veremos em Berque, nos próximos capítulos).

Os treinamentos, para quem deles participou, tiveram o efeito não planejado de esvaziar, em parte, o impacto estético da cerimônia, quando ela, depois de inúmeras repetições, veio a acontecer. É como se não nos encantássemos tanto, quando do produto acabado, quando da execução “para valer”, porque todas as pequenas surpresas foram banalizadas na repetição exaustiva dos ensaios.

Apesar desse que seria um ponto negativo – se pensarmos na cerimônia como uma atividade fundamentalmente destinada a um efeito educativo, à construção do *espírito militar* –, o evento, quando aconteceu, foi insuperável. Porque o dia era “o” dia, a data a partir da qual ainda seríamos “bichos”, porém gozando de outro status em nossa relação com os “veteranos”. Porque, no dia, muitos parentes estavam presentes, muitos pais e mães vieram de longe afiançando o valor da festividade. Porque – e talvez isso seja o mais relevante – os treinamentos decompõem a cerimônia, não oferecendo, assim, toda a força que o conjunto de seus elementos possui.

No dia 25 de agosto de 1982, vestimos o uniforme de gala. Túnica branca com o cinto azul largo, afivelado pelo brasão da EsPCEEx. Calças em azul marinho, com duas listas laterais em tom mais claro de azul. Quepe. Luvas brancas. Sapatos pretos e polainas brancas. Um uniforme reservado para bem poucas oportunidades. A túnica era fechada por uma fileira de sete botões dourados grandes, além de ter outros quatro botões pequenos. Todos deviam ser muito bem polidos, o que nos garantia trabalho extra na véspera (um dos trotes pelo qual passamos era cuidar das fardas dos veteranos: engraxar sapatos, passar as fardas e polir estes botões, para as formaturas).

Entramos marchando no Pátio Agulhas Negras. Ninguém mais pisava aquele gramado, só nós. Da longa cerimônia, destaco seu ponto culminante, que foi a

entrada da Bandeira Nacional⁷⁸. Conduzida pelo mais novo tenente da Escola – como é regulamentar – ela se deslocou ao longo da nossa posição, até ocupar posição à frente dos alunos formados.

De todo o encantamento orquestrado pelo Exército para produzir o efeito singular sentido em eventos como este, de todo o cuidado com detalhes que interagem buscando provocar emoções a serem lembradas muito tempo depois, destaco o efeito da música que acompanhou a entrada do estandarte.

Ao toque da corneta, a guarda à Bandeira começou sua marcha, ao som da “Canção do Expedicionário” (música de Spartaco Rossi e letra do poeta modernista Guilherme de Almeida). Também ao som da corneta, prestamos continência como em um único movimento, girando a cabeça para a direita, na direção da Bandeira. Enquanto ela avançou, lentamente, nossos pescoços virados foram girando para a esquerda e, com eles, nossas continências. A Canção do Expedicionário percorre, em sua letra, o Brasil: em metáforas e metonímias, vai listando os diferentes tipos de brasileiros, sempre por suas relações com as terras de origem.

“Você sabe de onde eu venho? / Venho do morro, do engenho / Das selvas, dos cafezais / Da boa terra do coco / Da choupana onde um é pouco / Dois é bom, três é demais / Venho das praias sedosas / Das montanhas alterosas / Dos pampas, do seringal / Das margens crespas dos rios / Dos verdes mares bravios / Da minha terra natal”.

No refrão, estes que foram chamados se identificam como militares na situação de afastados de sua terra, de sua Pátria, de sua identidade, e exclamam o desejo de retornar ao terreno, ao local onde encontram significado, à sua paisagem:

“Por mais terra que eu percorra / Não permita Deus que eu morra / Sem que volte para lá / Sem que eu leve por divisa / Este “V” que simboliza / A vitória que virá: / Nossa vitória final / Que é a mira do meu fuzil / A ração do meu bernal / A água do meu cantil / As asas do meu ideal / A glória do meu Brasil”.

⁷⁸ A Bandeira Nacional usada em solenidades deste tipo é um exemplar doado em 1941, pelo Estado de São Paulo, quando a EsPCEX se localizava no bairro da Bela Vista, cidade de São Paulo.

Na segunda estrofe, o mesmo chamamento dos brasileiros à causa da guerra, e imagens mais profundas identificando os diferentes povos pelos labores, pelos mitos, pela cultura popular:

“Eu venho da minha terra / Da casa branca da serra / E do luar do meu sertão / Venho da minha Maria / Cujo nome principia / Na palma da minha mão / Braços mornos de Moema / Lábios de mel de Iracema / Estendidos para mim / Ó minha terra querida / Da Senhora Aparecida / E do Senhor do Bonfim!”

E o Canção teria muito ainda a enumerar (são quatro estrofes, mais o refrão), não fosse cortada, após a segunda estrofe, para transformar-se no Hino à Bandeira (Música de Francisco Braga, letra do poeta parnasiano Olavo Bilac):

“Salve lindo pendão da esperança / Salve símbolo augusto da paz / Tua nobre presença a lembrança / A grandeza da Pátria nos traz! / Recebe o afeto que se encerra em nosso peito varonil / Querido símbolo da terra / Da amada terra do Brasil!”

E a mágica estava completa: a extensão territorial brasileira chamada, não segundo a racionalidade da Nação (espaço geopolítico), mas da afetividade da Pátria doadora de significados (espaço ecossimbólico⁷⁹).

É preciso destacar que a entrada da Bandeira, como personagem, é a entrada da Pátria na cerimônia. Sua presença impõe diversas restrições e, porque não dizer, etiquetas, sobre o comportamento dos militares presentes. Ela chega guarnecida por outras bandeiras – o Estandarte do Exército; o Estandarte da EsPCEX; além de uma guarda de bandeiras históricas (as bandeiras brasileiras que as antecederam). As pessoas que as transportam são subsumidas no sentido da reverência à sua entrada.

Fizemos, então, o juramento. Mais do que comprometermo-nos com alguma coisa – fora da relação estabelecida entre nós e o Exército –, o juramento, como será aprofundado no capítulo 5, é um instrumento que vincula sujeitos em um processo que torna horizontal a relação hierárquica: quem jura e quem recebe o juramento unem-se por um laço de confiança mútua:

⁷⁹ Sobre a relação dialógica de criação de sentido entre os sujeitos e o terreno que habitam, tratarei com maior precisão a partir do capítulo 4.

“Incorporando-me ao Exército Brasileiro, prometo cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado. Respeitar os superiores hierárquicos, tratar com afeição os irmãos de Armas e com bondade os subordinados. E dedicar-me inteiramente ao serviço da Pátria, cuja honra, integridade e instituições defenderei com o sacrifício da própria vida”.

Como em outras cerimônias, este foi o clímax. Após o juramento, as ações voltam-se muito mais ao desmanche do encantamento, que ao acréscimo de outros valores à nossa experiência. É necessário que a Bandeira se retire do dispositivo. Saímos do Pátio como entramos, marchando como um bloco único. Mas algo havia mudado em nós, com certeza.

Recorri a minha experiência particular para sublinhar vários aspectos:

1. O quanto é comum às escolas de formação das Forças Armadas lançar mão de uma educação pelos símbolos, e o quanto seus significados carregam da história, da geografia, da cultura do país, ao ponto da própria instituição “montar-se”, adereçar-se da própria Pátria.
2. O quanto se torna complexo, e, ao mesmo tempo, criativo, investigar um processo formativo e os sujeitos neste processo, quando se passou por ele.

Na segunda parte desta pesquisa, a seguir, ocorrerá a entrada no CMRJ. Com um foco mais aproximado, tornado mais pessoal, serão etnografados quatro momentos, com três significados: a entrada dos novos alunos e a entrega da boina gança (compondo a admissão dos novos alunos); o aniversário do Colégio – o “6 de maio” (como oportunidade de conagração entre alunos e ex-alunos); e o dia-a-dia dos discentes, na perspectiva deles.